

Impactos das Mudanças Climáticas: Opções de Resposta para os Agricultores Familiares do Brasil

Amanda Barroso Lima, Isadora Cardoso Vasconcelos e Pedro Vasconcelos Rocha, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

É possível avaliar as opções de resposta para que os agricultores familiares reajam aos impactos negativos da mudança climática no Brasil, por meio da perspectiva das três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômica e ambiental. Como indica o Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), as mudanças climáticas e/ou eventos climáticos extremos – como secas severas, ondas de calor e chuvas intensas – podem intensificar os problemas enfrentados pelos agricultores familiares.

O setor de agricultura e alimentos está no centro do processo de desenvolvimento. Trata-se tanto da causa principal quanto da solução para os problemas ambientais e sociais do mundo. Os países que alcançaram melhores resultados nesse setor o fizeram por meio do apoio às atividades de base familiar, ao invés do agronegócio. Já os países que separam a gestão do trabalho vêm enfrentando problemas de desigualdade social. No entanto, pequenos produtores de alimentos do mundo inteiro passam por enormes desafios para satisfazer as suas necessidades alimentares e contribuir para a segurança alimentar de suas comunidades e países.

Os eventos climáticos extremos estão se tornando, cada vez mais, graves e frequentes, ameaçando a confiabilidade e produtividade da agricultura, exacerbando os níveis já extremos de pobreza e reforçando a continuidade da desigualdade e subnutrição crônica. Com maiores esforços de adaptação e gestão das mudanças climáticas, os produtores ficam menos vulneráveis ao clima errático – resultando, por exemplo, em maior capacidade de recuperação perante as perdas de rendimentos nos grãos da cesta básica (FAO, 2014). Para lidar com o alastramento da crise climática global, é necessário que os pequenos produtores de alimentos sejam vistos como a força motriz dos sistemas agrícolas socialmente justos e ecologicamente sustentáveis.

O Brasil costuma ser citado como exemplo de país que implementou, com sucesso, políticas eficazes em reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência. Três fatores estão ligados ao declínio acentuado da pobreza e da extrema pobreza no Brasil: o aumento do número de empregos formais; o crescimento da renda (especialmente nas classes mais baixas); e os efeitos das transferências de renda. No entanto, ainda existem grandes disparidades regionais no interior do país – especialmente nas regiões Norte e Nordeste – onde as áreas rurais têm o menor Índice de Desenvolvimento Humano.

A agricultura familiar é a principal atividade geradora da maior parte dos alimentos consumidos no Brasil. Nesse sentido, a agricultura familiar é uma forma de minimizar problemas sociais graves. Portanto, é fundamental que os produtores aumentem seu nível de resistência e sejam capazes de enfrentar os efeitos adversos das mudanças climáticas – seja por meio de instrumentos econômicos ou pela difusão de novas tecnologias e programas oferecidos pelos setores público e privado. O fortalecimento da agricultura familiar depende da implementação de ferramentas específicas, de políticas públicas qualificadas e da capacidade das organizações representativas de manter um controle efetivo da aplicação das ferramentas e resistir a aquisições por agricultores de grande porte.

As perspectivas da gestão de recursos ambientais e naturais introduzem algumas estratégias que exploram opções adaptativas de resposta. Como alternativas econômicas para as famílias, elas podem ser fomentadas por políticas que promovam a assistência técnica e o empoderamento econômico dos agricultores familiares, tais como incentivos às cooperativas e acesso a crédito e seguro. A adoção de práticas de gestão e outras tecnologias que melhoram a gestão dos recursos naturais nos biomas do semiárido, do Cerrado e da Amazônia também são uma alternativa atraente para as famílias.

A seguir, são apresentados alguns exemplos dessas estratégias: i) os sistemas integrados de lavoura-pecuária-floresta (ILPF), com controle efetivo de insetos, doenças e ervas daninhas, resultando em menos uso de



pesticidas e uma capacidade enorme de adaptação às mudanças climáticas; ii) a produção biológica, que dispensa o uso de fertilizantes sintéticos, pesticidas, reguladores de crescimento e aditivos sintéticos na alimentação animal; e iii) as cisternas, que são uma boa opção de gestão da água em ecossistemas secos e biomas, como a Caatinga e o Cerrado – nesse último, somente em algumas épocas do ano. Tais estratégias podem ajudar os agricultores familiares nos diferentes cenários de mudanças climáticas do IPCC,¹ pois são baratas, sustentáveis, viáveis e fáceis de serem incorporadas às realidades dos pequenos produtores e agricultores familiares. Além disso, são estratégias sólidas de adaptação às mudanças climáticas nos setores sociais e econômicos em que atuam os pequenos agricultores.

Nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, a principal dificuldade dos agricultores familiares é o acesso a terras produtivas, em razão da concentração desigual da posse de terra. A superação da pobreza rural no Brasil exige a consideração de iniciativas como as transferências de geração de renda, inclusão produtiva e acesso universal a serviços essenciais, em combinação com uma reforma agrária séria e efetiva e apoio aos agricultores familiares e populações tradicionais, que devem ser prioridades em todos os níveis de governo na promoção de um desenvolvimento rural sustentável e solidário.

A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) por todos os Estados-Membros das Nações Unidas prevê maior incentivo para os governos do Brasil investirem na resiliência dos pequenos produtores. À medida que o foco da Agenda 2030 para o Desenvolvimento se desloca para medidas e meios, as discussões sobre formas inovadoras de enfrentamento da pobreza rural vêm ganhando mais espaço, principalmente em relação aos indicadores do ODS2: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”. Cada vez mais, os governantes vêm buscando soluções inteligentes. As políticas destinadas aos agricultores familiares têm o potencial de produzir efeitos duradouros sobre as economias dos países em desenvolvimento, capacitando as pessoas a investir e proteger o meio ambiente.

Referência:

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *Deep Roots*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations and Tudor Rose, 2014.

Nota:

1. Para o Quinto Relatório de Avaliação do IPCC, AR5 (2013), a comunidade científica definiu um conjunto de quatro novos cenários, denominados Caminhos de Concentração Representativa. (*Representative Concentration Pathways* – RCPs). Para mais informações, veja: <<https://www.ipcc.ch/report/ar5/>>.

Este *One Pager* é uma parceria entre o IPC-IG e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).